

# Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

William Cleber Domingues Silva  
(Organizador)



**Atena**  
Editora

Ano 2021

# Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

**William Cleber Domingues Silva**  
(Organizador)



**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Turismo, cidades, colecionismo e museus

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** William Cleber Domingues Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T938 Turismo, cidades, colecionismo e museus / Organizador  
William Cleber Domingues Silva. – Ponta Grossa - PR:  
Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-942-4

DOI 10.22533/at.ed.424213103

1. Turismo. I. Silva, William Cleber Domingues  
(Organizador). II. Título.

CDD 338.4791

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coleção “Turismo, cidades, colecionismo e museus” é uma obra que tem como foco principal a discussão científica por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. O volume apresenta relevantes investigações científicas relacionadas ao tema proposto pelo livro.

O objetivo central foi apresentar de forma objetiva e atual estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, Portugal e Equador. Os trabalhos que compõem esse volume abordam possíveis relações existentes entre os temas que nortearam as contribuições dos autores: turismo, cidades, colecionismo e museus.

O surgimento e avanço da crise sanitária mundial provocada pela pandemia COVID 19 bem como seus impactos no setor de turismo, nas cidades e nos museus também despertaram relevantes reflexões dos autores.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de disseminar o conhecimento científico desenvolvido por profissionais de turismo e áreas afins atuantes em diferentes regiões do Brasil e do mundo.

Desta forma destaca-se que o título “Turismo, cidades, colecionismo e museus” é uma obra direcionada a profissionais e acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento humano. O livro apresenta em seus capítulos temas relevantes para os interessados em se atualizarem em assuntos debatidos pelas ciências sociais aplicadas.

Finalizando considera-se relevante registrar o importante papel desempenhado pela Atena Editora enquanto plataforma capaz de oferecer a pesquisadores e leitores um espaço adequado para apresentação, divulgação e publicação de pesquisas científicas no Brasil.

Desejamos a todos uma excelente viagem!

William Cleber Domingues Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

TURISMO E VIAGENS CULTURAIS *ON-LINE* EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM ESTUDO DE BASE ETNOGRÁFICA SOBRE O PROJETO VIAJAR DE CASA

Karla Estelita Godoy

**DOI 10.22533/at.ed.4242131031**

### **CAPÍTULO 2..... 23**

INCENTIVOS FINANCEIROS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aracelis Gois Morales Rigoldi

Graziela Oeste Graziano Cremonesi

Valéria Rueda Elias Spers

Marli Terezinha Vieira

Angélica Gois Morales

**DOI 10.22533/at.ed.4242131032**

### **CAPÍTULO 3..... 38**

DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO: O IMPACTO DA LEI GERAL DO TURISMO NO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO

Giovanna Adriana Tavares Gomes

Elaine Gomes Borges da Silva

Jane Márcia do Nascimento Teixeira Scorzelli

**DOI 10.22533/at.ed.4242131033**

### **CAPÍTULO 4..... 55**

O TURISMO DE INTERESSES ESPECIAIS EM ESPAÇO RURAL: POSSIBILIDADES PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA PÓS-COVID-19

Carla Oliveira Brito

Janine Santos de Sousa

Sara Caroline Chagas dos Santos

Natalia Silva Coimbra de Sá

**DOI 10.22533/at.ed.4242131034**

### **CAPÍTULO 5..... 73**

A CIBERMUSEALIZAÇÃO: O OBJETO MUSEOLÓGICO EM DOIS MUSEUS VIRTUAIS BRASILEIROS

Rosali Henriques

Rafael Chaves

**DOI 10.22533/at.ed.4242131035**

### **CAPÍTULO 6..... 84**

ANOTHER TOURISM IS POSSIBLE: THE SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY COMMUNITY TOURISM IN AGUA BLANCA

Lucia Dolores Loor Bravo

**DOI 10.22533/at.ed.4242131036**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>95</b>
O MARKETING TURÍSTICO DA EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO (EMBRATUR) E A CONCEPÇÃO DE “MULHER BRASILEIRA” EM TERRAS ESTRANGEIRAS COMO MULATAS	
Crislaine Custódia Rosa Kerley dos Santos Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4242131037</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>109</b>
QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS: PARA UMA COMPREENSÃO DO TURISTA HÍBRIDO	
Helio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4242131038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>123</b>
WALKING TOUR COMO FERRAMENTA DE POTENCIALIZAÇÃO DA VISITAÇÃO EM DESTINOS TURÍSTICOS PÓS PANDEMIA	
Carla Nou Levita Jaime José da Silveira Barros Neto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4242131039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>135</b>
A QUESTÃO DA HOSPITALIDADE FACE A NOVA COEXISTÊNCIA CULTURAL NO TERRITÓRIO EUROPEU CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS PARA O FAZER TURISMO	
Eduardo Taborda de Jesus Flavia de Brito Panazzolo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>152</b>
RESORTS BRASILEIROS: DESCRIÇÃO DO DESEMPENHO DAS VENDAS ENTRE 2016 E 2017, ATRAVÉS DA TAXA DE OCUPAÇÃO, RECEITA MÉDIA E TREVPAR GERAIS E SEGMENTADOS POR AMBIENTE GEOGRÁFICO	
Antonio Carlos Bonfato	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>177</b>
CARTOGRAFIA DO TURISMO: ÓTICA GEOTURÍSTICA E GESTORA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – PARÁ	
Lucas Daniel Noronha Ferreira Mozart dos Santos Silva Erick Peuriclepes Rodrigues da Silva Dickson Weverton Sobral de Souza Arthur Jeronimo Santana Aragão Mayara Cobacho Ortega Caldeira Carlos Rodrigo Tanajura Caldeira Anna Júlia Souza Dias Wallace Douglas da Cruz Santos Marcos Gabriel Silva e Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310312</b>	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>190</b>
A FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DADOS <i>BIG DATA</i> , SEUS USOS NO TURISMO E UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE SEU USO EM FOZ DO IGUAÇU	
Alfredo Brito Aguiar	
Andressa Szekut	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310313</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>211</b>
ACESSIBILIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO TEATRO AMAZONAS - IMPLICAÇÕES PARA O TURISMO	
Marklea da Cunha Ferst	
Helen Rita Menezes Coutinho	
Lucia Claudia Barbosa Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>230</b>
ANÁLISE DA GOVERNANÇA EM UMA EXPERIÊNCIA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: APLICAÇÃO DO MODELO MAG DO TBC À ADESCO	
João Gabriel Barrêto Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>247</b>
TURISMO, PONTA DO CORUMBAU, PROGRESSO E SUSTENTABILIDADE: UMA PESQUISA DE FENÔMENO SITUADO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>263</b>
COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA - PERSPECTIVA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DA SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE PÉ NA TERRA DE BRASÍLIA	
Juzânia Oliveira da Silva Brandão	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>278</b>
DIAGNÓSTICO DO TURISMO NO DISTRITO DE ITAIACOCA, PONTA GROSSA-PR: ESTUDO TEÓRICO PRELIMINAR PARA O PLANEJAMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL LOCAL	
Luiz Fernando de Souza	
Natali Calderari	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310318</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>288</b>
TURISMO DE COMPRAS NA FRONTEIRA JAGUARÃO-RS/BRASIL E RIO BRANCO/URUGUAI: UMA REFLEXÃO SOBRE IMPACTOS DA COVID-19 NA ECONOMIA	
Caio Lucas Rossi	
Angela Mara Bento Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.42421310319</b>	

<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>298</b>
VIAGENS E TURISMO: EMÍLIA SNETHLAGE E HELOISA ALBERTO TORRES AS CIENTISTAS E VIAJANTES DA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX	
Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.42421310320	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>319</b>
O CONCRETO PENSADO: ALGUMAS CATEGORIAS ANALÍTICAS PARA UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO FENÔMENO TURISMO	
Hélio Fernando Lôbo Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.42421310321	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>329</b>
DESVENDANDO EMOÇÕES NO MUSEU GRUPPELLI: BREVES APONTAMENTOS CONCEITUAIS	
José Paulo Siefert Brahm	
Juliane Conceição Primon Serres	
Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.42421310322	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>344</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>345</b>

# CAPÍTULO 2

## INCENTIVOS FINANCEIROS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Data de aceite: 22/03/2021*

*Data da submissão: 20/02/2021*

### **Aracelis Gois Morales Rigoldi**

Faculdade da Alta Paulista (FADAP-FAP) e  
Rede Gonzaga de Ensino (REGES)  
Tupã – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/7435669422177489>

### **Graziela Oeste Graziano Cremonezi**

Universidade do Sul de Santa Catarina  
(UNISUL)  
Florianópolis- Santa Catarina  
<http://lattes.cnpq.br/766974491443657>

### **Valéria Rueda Elias Spers**

Faculdade Atenas  
Atenas – Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/7249845321341229>

### **Marli Terezinha Vieira**

Universidade Federal do Tocantins  
Palmas - Tocantins  
<http://lattes.cnpq.br/1992076006957616>

### **Angélica Gois Morales**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” – UNESP, Campus Tupã – São  
Paulo.  
Tupã – São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/6150713282196250>

**RESUMO:** O estado de São Paulo apresenta uma proposta de política pública de turismo diferenciado e inovador perante os demais estados brasileiros, que por meio de ações

regulamentadoras beneficiam municípios que apresentam atrativos e recursos turísticos com incentivos financeiros para concretização de programas de infraestrutura, programas de urbanização, projetos de melhoria para o desenvolvimento do turismo e programas de preservação ambiental às cidades consideradas e decretadas estâncias no estado de São Paulo. Nesse prisma, a presente pesquisa tem como objetivo identificar os recursos financeiros destinados às cidades estâncias no estado de São Paulo, além de apresentar os caminhos percorridos das prefeituras estâncias para a liberação desses incentivos e, os valores disponibilizados a esses municípios no período de 2014 a 2019. A pesquisa segue a metodologia qualitativa, pautada na análise exploratória e descritiva. Além da revisão bibliográfica, os estudos foram baseados em pesquisa documental coletada por meio da análise das leis, decretos, jornais, sites oficiais, documentos oficiais produzidos pelos órgãos governamentais e informações apuradas no Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos na Secretaria Estadual de Turismo do estado de São Paulo para análise e interpretação dos dados. O presente estudo apresenta os valores disponibilizados as estâncias turísticas paulistas no ano de 2014 a 2019, como análise de reflexão para futuras pesquisas que abordam a gestão de políticas públicas relacionadas a recursos financeiros para o desenvolvimento do turismo.

**PALAVRAS - CHAVE:** políticas públicas de turismo; recursos financeiros turísticos; legislação; estâncias turísticas.



## FINANCIAL INCENTIVES AIMED AT THE DEVELOPMENT OF TOURISM IN THE STATE OF SÃO PAULO

**ABSTRACT:** The state of São Paulo presents a proposal for a differentiated and innovative public tourism policy vis-à-vis the other Brazilian states, which through regulatory actions benefit municipalities that have tourist attractions and resources with financial incentives to implement infrastructure programs, urbanization, improvement projects for tourism development and environmental preservation programs for the cities considered and decreed resorts in the state of São Paulo. In this light, the present research aims to identify the financial resources destined to the resort towns in the state of São Paulo, in addition to presenting the paths taken by the resort prefectures for the release of these incentives, and the amounts made available to these municipalities in the period from 2014 to 2019. The research follows the qualitative methodology, based on exploratory and descriptive analysis. In addition to the bibliographic review, the studies were based on documentary research collected through the analysis of laws, decrees, newspapers, official websites, official documents produced by government agencies and information obtained from the Department of Support to the Development of Tourist Municipalities at the State Secretariat of Tourism of the state of São Paulo for data analysis and interpretation. This study presents the values made available to tourist resorts in São Paulo in the year 2014 to 2019, as a reflection analysis for future research that addresses the management of public policies related to financial resources for the development of tourism.

**KEYWORDS:** public tourism policies; tourist financial resources; legislation; tourist resorts.

### 1 | INTRODUÇÃO

A institucionalização do Turismo na Administração do Estado de São Paulo, teve uma trajetória caracterizada pelo forte vínculo com as diretrizes nacional, restringindo-se em muitos momentos apenas à implementação de projetos e ações demandas pela Embratur, com poucas iniciativas do próprio Estado. Todavia, dentre as políticas públicas do Estado, destaca-se a proposição da criação das Estâncias Turísticas Paulistas.

Desde a instituição da Constituição do estado de São Paulo em 1967, o Estado apresentou uma legislação em relação ao desenvolvimento do turismo, considerando na Constituição de 1967 a criação dos municípios estâncias de qualquer natureza que, deveriam obedecer à aprovação dos órgãos técnicos responsáveis e a votação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, com o objetivo de alavancar o turismo paulista, por meio de recursos financeiros recebidos do Fundo de Melhoria das Estâncias (FUMTUR), para que os recursos sejam aplicados em projetos de infraestrutura relacionados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo.

Todavia, a criação de um fundo incentivador para o desenvolvimento do turismo nas cidades paulistas passou por várias modificações, alterações e ampliações no decorrer do processo de crescimento e desenvolvimento das políticas públicas de turismo no Estado, revelando um caminho de inovação ao incentivo do turismo e, em 2016 tem-se a nova

legislação que abarca mudanças construtivas e inovadoras para as cidades decretadas estâncias e beneficiadas pelos recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias.

Poucas pesquisas retratam sobre esse tema de política pública de turismo (RIGOLDI, SPERS, & VIEIRA, 2018) de incentivo financeiro, relevando o objetivo do estudo de compreender as legislações que especificam sobre os recursos financeiros destinados as cidades estâncias no estado de São Paulo, para que pesquisadores, agentes públicos possam conhecer a realidade dessa legislação de incentivo financeiro no Estado, além de apresentar os caminhos percorridos das prefeituras estâncias para a adequação desses recursos e os valores disponibilizados a essas nos últimos anos.

## **2 I POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO**

As políticas públicas de turismo do estado de São Paulo estão ligadas diretamente ao direcionamento das legislações que adere o título de estâncias as cidades consideradas atrativas perante uma legislação estadual e, os recursos liberados a essas estâncias que são de grande valia para o desenvolvimento econômico turístico do local. Aucilino (2001) e Fino e Queiroz (2012) salientam que as estâncias são locais privilegiados que apresentam atrativos e recursos que fazem o deslocamento de pessoas a esses locais, fomentando o turismo local e regional.

As cidades conhecidas e decretadas como estâncias paulistas são de ordem legal perante a Constituição do Estado e, assumem um poder de bonificação financeira que a legislação permite com o objetivo de alavancar o turismo no Estado e, principalmente no interior, conforme a legislação mais atual nº 1.261 de 2015, revelando uma política pública de turismo de incentivos financeiros para o fomento da atividade.

As políticas públicas de turismo são ações que direcionam os caminhos para atingir os objetivos propostos, determinando as prioridades e estabelecendo programas que zelem para a preservação e conservação dos atrativos e da comunidade local. São os caminhos de maior competência e validade para aplicação de estratégias que fomentam o futuro de maneira sólida, sustentável e planejada envolvendo a comunidade local e os poderes governamentais.

Ao tratar dessa questão, Solha (2004) a partir das teorias de Hall (2001) e Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) descreve que umas das principais funções das políticas públicas de turismo devem estar pautadas nos interesses da comunidade, permitindo a discussão e concordância de todos os atores para atingir os objetivos propostos, além de facilitar a comunicação com os outros setores envolvidos.

Fernandes (2011) descreve que a gestão das políticas públicas no turismo deve ser implantada nas ações de gerenciamento e fortalecimento do setor, atingindo metas de acordo com o plano local, estadual e nacional do turismo, sendo de grande importância para o conjunto de tomadas de decisão. Para Gastal e Moesch (2007) uma política pública

de turismo deve juntar estratégias junto ao trade turístico e a sociedade, de forma conjunta com todos os setores do turismo como hotelaria, restaurantes, atrativos rurais, atrativos naturais, agências de viagens, entre outros, formando um todo de partes que produz qualidade para o destino turístico.

Panosso Netto e Trigo (2009), Beni (2012), Dias e Matos (2012), Solha (2004) salientam que a estruturação para o caminho das políticas públicas de turismo deve ser enfatizada pela situação de maneira macro, tomando decisões para o futuro em longo prazo por meio de mecanismos que permitam diálogos, envolvimento e apreciação da atuação da dicotômica sociedade e governo. Nesse contexto, o trabalho de formulação das políticas públicas de turismo deve ser participativo envolvendo efetivamente e de forma democrática as lideranças comunitárias locais que, são os sujeitos que conhecem as maiores dificuldades do dia a dia da comunidade (ACERENZA, 2002; BOULLON, 2002; CRUZ, 2016; RIVAS E MAGADÁN, 2012; MORENO E VILLARREAL, 2017).

### **3 | METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos foram pautados na abordagem da pesquisa qualitativa que segundo Godoi, Mello e Silva (2010) se refere à investigação de casos concretos com suas peculiaridades locais e temporais, partindo das atividades e expressões das pessoas em suas situações locais. Para Sampieri *et al* (2013) o enfoque qualitativo não utiliza a medição numérica para suas análise de interpretação e, sua ação de move de maneira dinâmica entre os fatos e a interpretação.

Os estudos foram baseados em pesquisa documental, coletadas por meio da análise das leis, decretos, jornais, revistas, relatórios, sites oficiais, documentos oficiais produzidos pelos órgãos governamentais e agências de fomento das Estâncias, além dos dados e informações apurados no Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) na Secretaria Estadual de Turismo, além de pesquisa bibliográfica em artigos, livros, periódicos com informações sobre o assunto.

Assim, o presente estudo compreende as etapas necessárias para a adequação desses recursos e ilustra os valores disponibilizados a essas estâncias no período de 2014 a 2019<sup>1</sup>.

### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A lei nº 16.283 de 2016 que se mantém até o momento da pesquisa, ordena a partir de então sobre o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos dispondo sobre a nova nomenclatura do DADE, que passa a ser Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) vinculada a Secretaria Estadual de Turismo; a

<sup>1</sup> A pesquisa não datou os recursos do ano de 2020 devido a não liberação de recursos por motivos da pandemia Covid 19.

organização da distribuição dos repasses aos 70 municípios estâncias e os novos 140 municípios de interesse turístico; e, a aplicação dos recursos do Fundo, que deverá ter a aprovação do Conselho de Orientação e Controle seguido da manifestação dos Conselhos Municipais de Turismo, salientando a participação da sociedade.

Corroborando na atuação deliberativa dos conselhos municipais de turismo, Subirats (2012) salienta a importância da atuação da sociedade nas decisões e execuções das políticas públicas, fomentando que o Estado não é o único agente responsável sobre a implantação dessas políticas, mostrando-se uma organização fragmentada de co-responsáveis com poder de decisão atuante na execução de políticas públicas com capacidade de ação de todos os atores envolvidos. O autor ainda evidencia que a somatória das forças de todos os atores públicos e os não públicos, pode impulsionar e/ou bloquear questões que fogem dos objetivos das políticas públicas, buscando soluções alternativas,

Com maior poder de participação, o COC passa a ser constituído por nove titulares, compostos de um membro nomeado por livre escolha pelo Governador; um representante da Secretaria de Planejamento e Gestão; um representante da Secretaria da Fazenda; um representante da Secretaria de Turismo; dois membros do Conselho Estadual de Turismo e três representantes nomeados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo dois Prefeitos de Estâncias e um Prefeito de Município de Interesse Turístico, efetivando a participação dos municípios estâncias e dos municípios de interesse turístico, além dos representantes do Conselho Estadual de Turismo formado por membros técnicos da sociedade.

Na reestruturação do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), a nova legislação de 2016, também traz mudanças na dotação das receitas, salientando que as receitas para o Fundo deverão ser compostas de:

- Dotação orçamentária anual correspondente a 11% (onze por cento) da totalidade da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias no exercício imediatamente anterior, limitada ao valor inicial da última dotação atualizada pela variação anual nominal das receitas dos impostos estaduais estimada na subsequente proposta orçamentária;
- Créditos suplementares que lhe sejam destinados;
- Doações, contribuições e auxílios de qualquer natureza que forem disponibilizados ao Fundo;
- Transferência de recursos, mediante convênios ou ajustes com entidades de direito público ou organismos privados nacionais e internacionais;
- Operações de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- Outros recursos eventuais que possam ser disponibilizados ao Fundo perante autorização legalizada.

Os critérios da disponibilização do repasse dos recursos do DADETUR também sofreram alterações devido à nova distribuição orçamentária para as 70 Estâncias Turísticas e os novos 140 Municípios de Interesse Turístico.

A lei nº 16.283 determina que a distribuição dos recursos do FUMTUR seja composta de 80% para no máximo 70 cidades tituladas estâncias, distribuídos em 50% de maneira igualitária entre todas as estâncias, e, 50% repartidos proporcionalmente de acordo com o percentual de formação da receita originária da arrecadação dos impostos municipais das estâncias. Os 20% restantes serão disponibilizados de forma igualitária para as novas 140 cidades decretadas Municípios de Interesse Turístico, sob os critérios de fiscalização e assinatura de convênios mediante processos da Secretaria Estadual de Turismo.

A lei ainda enfatiza que as despesas com apoio técnico e administrativo não poderão ser superior a 4% da receita anual do Fundo. A Figura 1 ilustra os procedimentos de distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias perante a nova legislação.

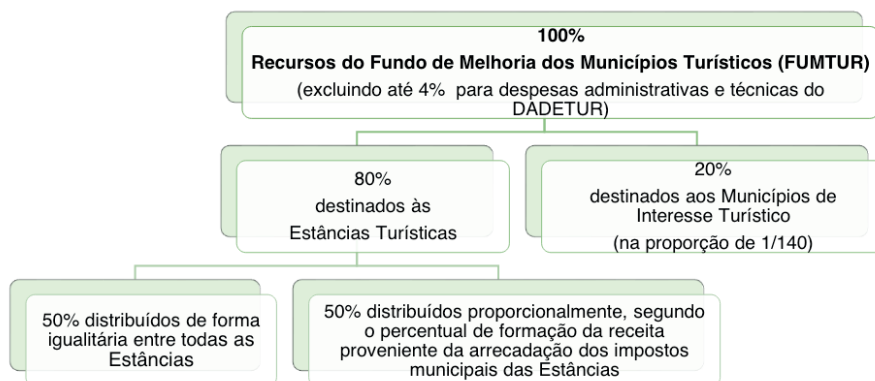


Figura 1 - Distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da legislação nº 16.283/2016.

A formalização dos recursos do FUMTUR é publicada anualmente no diário oficial do Estado que, após o conhecimento dos recursos dos municípios titulados estâncias e os municípios de interesse turístico, os gestores devem seguir o manual de convênios do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos que explica os protocolos de projetos para o início da organização dos pleitos.

No manual observa-se que, a trajetória da documentação deve ser iniciada pela fomentação da participação da conjuntura do projeto com o conselho municipal de turismo. Evidencia a necessidade de um COMTUR deliberativo que promova discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros do DADETUR no fomento do turismo no município. Após a aprovação da ideia do objeto pelo COMTUR, a prefeitura encaminha um ofício solicitando

a aprovação do pleito perante análise do COC, que tem o poder de deferir ou indeferir. Depois de deferido pelo COC, a prefeitura se organiza para a entrega da documentação de formalização de convênio.

A documentação para a formalização de convênios é composta por várias titulações e comprovantes, constituída de:

- Ofício de solicitação de pleito aprovado e registrado em ata e cartório oficial pelo COMUR do município;
- Declaração de reserva de recursos com abertura de conta específica para o convênio;
- Informe técnico com parecer da justificativa do projeto no fomento do turismo local e regional;
- Declaração de domínio público da área do projeto que deve ser de propriedade pública municipal;
- Certidão atualizada da titularidade da área do pleito;
- Planta do município apontando o local da intervenção com foto da área do pleito e da relação com os pontos turísticos da municipalidade;
- Projeto básico do pleito;
- Declaração dos órgãos competentes como a Companhia Ambiental do estado de São Paulo (CETEST), CONDEPHAAT, Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) entre outros se necessários;
- Designação de um gestor da área contábil e de um responsável técnico da área de arquitetura ou engenharia para a responsabilidade técnica do projeto;
- Anotação de responsabilidade técnica (ART) do projeto;
- Declaração de acessibilidade conforme as legislações estaduais e federais vigente;
- Declaração de regime e forma de execução da obra, informando se a obra terá regime de execução global ou unitário;
- Plano de trabalho demonstrando como será a execução da obra;
- Memorial descritivo da obra;
- Critério de medição obedecendo aos procedimentos técnicos da ABNT;
- Planilha Orçamentária descrevendo todos os itens do projeto;
- Demonstrativo de composição dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) se

houver;

- Memória de cálculo da quantidade do serviço proposto junto com a planilha orçamentária;
- Tabela de serviço de mercado validando os valores dos serviços no mercado;
- Cronograma físico-financeiro determinando os prazos e execução dos valores orçamentários; e,
- Cronograma de desembolso demonstrando a organização da aplicação dos recursos (Manual do DADETUR, 2018).

Após a entrega de toda essa documentação pela prefeitura, o DADETUR faz a análise técnica para aprovação e veracidade da documentação que, depois de deferido, encaminha-se para a oficialização do convênio. Com o projeto conveniado, a prefeitura tem autorização para realizar a licitação e dar início ao pleito. Dando continuidade para o andamento da obra, faz-se necessário a prestação de contas das medições dos serviços executados que devem estar em acordo com o cronograma físico do plano de trabalho aprovado. Assim, as medições devem ter a vistoria e o parecer da Secretaria Estadual de Turismo que, se aprovado, libera a primeira parcela financeira do convênio e, a liberação das demais parcelas ocorre no mesmo molde de tramitação.

Devido à grande complexidade de análise de documentos para a formulação de convênios, a Secretaria Estadual de Turismo tem a parceria para análise técnica da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS), empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Economia e Planejamento por meio do decreto nº53.652 de 2008, que tem como atribuição os serviços especializados relativos a estudos técnicos, planejamento, pesquisas e projetos básicos ou executivos. A Companhia Paulista de Obras e Serviços é formada por vários profissionais, como engenheiros, técnicos de obras, analistas de prestação de contas para aprovação de análises estruturais das medições dos convênios. Cabe a CPOS toda a análise da prestação de contas e das medições dos projetos dos convênios da Secretaria Estadual de Turismo com os municípios titulados estâncias e municípios de interesse turísticos (RASCASSI, 2018).

Salienta-se que, muitas prefeituras ainda sofrem com a falta de gestão na organização da documentação perante seu quadro de profissionais para aprovação das medições e/ou prestação de contas diante dos técnicos da CPOS, validando o pensamento de Cruz (2016), Dwyer e Kim (2003) e May e Jochim (2013), que salientam que a falta dos recursos humanos qualificados na gestão das políticas públicas de turismo acarretam desgastes e atrasos no fomento e crescimento do turismo.

Apesar da distribuição dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos estarem sendo aplicados conforme a lei nº 16.283/2016 pela Secretaria de Turismo do Estado, o ranqueamento descrito na legislação nº 1.261 de 2015, ainda aguarda um

parecer regulatório da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. Acredita-se que, independente da regulamentação, os 70 municípios titulados estâncias e os 140 municípios de interesse turístico estão se adequando a nova legislação, por meio de composição de conselhos municipais de turismo deliberativos, realização de planos diretores de turismo atualizado e revisados, estruturação da infraestrutura de saneamento básico no que se refere ao sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitário, gestão de resíduos sólidos, tratamento de água potável para população local e flutuante, além da consolidação dos atrativos e recursos turísticos reais e potenciais.

A partir da lei de 2016, é possível verificar uma distribuição financeira mais democrática geograficamente, passando a potencializar por meio dos incentivos financeiros os municípios menores que, apesar de apresentarem pouca arrecadação municipal são ricos em potencialidade turística natural e cultural. A distribuição do FUMTUR passa a ser repartida em quase todas as regiões do Estado, favorecendo e fomentando a regionalização e a união das parcerias entre municípios limítrofes. A Figura ilustra o mapa do estado de São Paulo salientando os municípios estâncias e os municípios de interesse turístico.

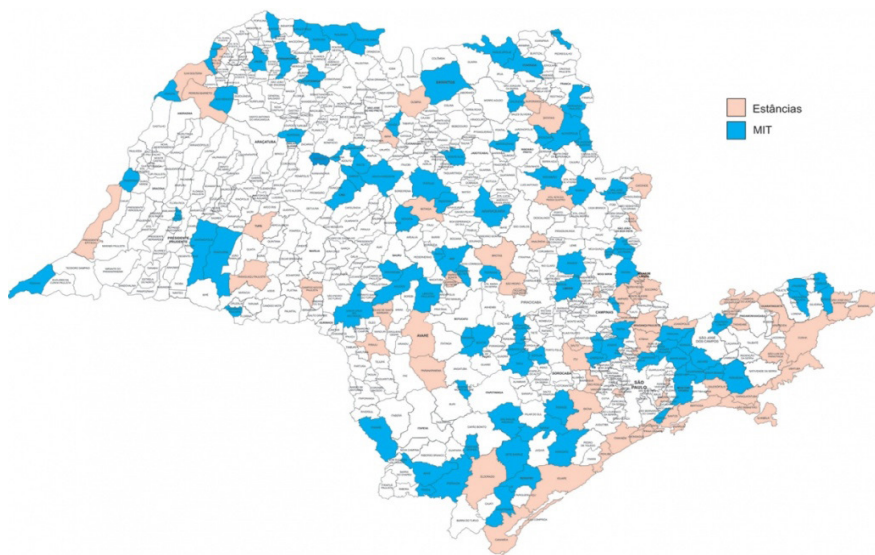


Figura 2 - Mapa do Estado de São Paulo com as 70 Estâncias Turísticas e os 140 Municípios de Interesse Turístico

Fonte: São Paulo (2019).

Observa-se que, o governo é o maior gerenciador pela distribuição dos recursos financeiros, sendo também o maior responsável na realização de uma política pública que realmente satisfaça os anseios e necessidades da sociedade para o bem estar



coletivo (HOWLETT, RAMESH & PERL, 2012). A política pública de turismo no estado de São Paulo impacta diretamente no fomento do turismo nos municípios estâncias. Os recursos disponibilizados pelo FUMTUR são essenciais na estruturação das cidades que proporcionam o fluxo de pessoas para seus atrativos turísticos naturais e culturais, compondo o crescimento do fomento do turismo local e regional. Fino e Queiroz (2012) descrevem que a titulação de estância turística no Estado de São Paulo é uma das poucas políticas públicas de turismo que disponibilizam recursos direcionados a municípios decretados por lei como estâncias, considerado uma política pública de grande valia quando bem interpretada e executada.

Nesse prisma, foi decretado no Diário Oficial do estado de São Paulo nos anos de 2014 a 2019 para as estâncias um montante de R\$ 1.925.763.669,66 através do demonstrativo das receitas do FUMTUR. Considera-se que, apesar da publicação dos valores na íntegra, houve o contingenciamento em alguns anos por parte do Chefe do Executivo do Estado, por motivos de falta de recursos, acarretando uma disponibilização de valores menor do que o publicado para as estâncias turísticas.

No ano de 2019 com a resolução ST 03 de 18 de janeiro, do atual governador João Doria, foi indisponibilizado para algumas cidades que ainda não tinham convênios assinados com o Estado os recursos de 2018 do FUMTUR, por justificativa de falta de recursos financeiros no Estado, e os recursos de 2019 tiveram um contingenciamento inicial de 46% do valor total, ocasionando uma reanálise dos projetos enviados no ano de 2018 para serem viabilizados para o ano de 2019.

A tabela 1 ilustra os valores publicados no diário Oficial (D.O.) do estado de São Paulo destinado às estâncias turísticas no ano de 2014 a 2019, lembrando que, a pesquisa refere-se ao estudo do montante dos recursos e não a aplicação da destinação desses incentivos financeiros destinados ao desenvolvimento do turismo no município.

ESTÂNCIA	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Águas de Lindóia	2.343.347,48	2.664.903,62	1.983.367,67	2.338.857,78	2.485.585	2.679.533,71
Águas da Prata	2.947.106,28	3.348.621,32	2.487.296,50	2.910.524,74	3.115.011	3.383.163,75
Águas de Sta Bárbara	2.460.673,13	2.772.885,42	2.064.299,29	2.498.663,85	2.655.699	2.868.631,10
Águas de São Pedro	2.530.874,38	2.868.058,07	2.129.943,48	2.460.165,27	2.600.018	2.762.970,24
Amparo	3.505.862,28	3.963.974,42	3.046.604,98	3.738.313,74	4.093.165	4.253.368,56
Analândia	2.318.007,73	2.649.696,57	1.979.908,58	2.314.042,51	2.479.472	2.652.033,86
Aparecida	2.834.459,28	3.330.655,37	2.440.565,78	2.825.120,37	3.069.540	3.242.812,01
Atibaia	6.667.218,03	7.477.182,62	6.158.987,26	7.294.841,72	7.683.699	8.357.188,23
Avaré	3.683.155,83	4.155.353,82	3.294.509,16	3.782.140,17	4.099.426	4.652.617,29
Bananal	2.316.357,78	2.624.219,47	1.999.591,90	2.339.809,89	2.506.658	2.681.297,81

<b>Barra bonita</b>	2.783.679,63	3.136.667,02	2.278.171,38	2.687.894,52	2.882.124	3.143.960,08
<b>Batatais</b>	2.922.724,63	3.333.440,32	2.443.912,62	2.911.003,83	3.086.683	3.287.914,38
<b>Bertioga</b>	7.024.862,93	7.942.609,52	5.931.355,23	6.912.681,87	7.596.335	8.115.850,41
<b>Bragança paulista</b>	6.416.769,28	7.058.407,02	5.400.522,26	6.343.732,43	6.891.570	7.570.064,37
<b>Brotas</b>	*	3.187.481,62	2.418.062,87	2.745.993,98	2.961.200	3.159.896,69
<b>Caconde</b>	2.368.227,38	2.699.408,37	1.989.950,47	2.336.053,75	2.507.693	2.684.953,22
<b>Campos do Jordão</b>	4.253.867,98	4.669.221,22	3.492.311,68	4.116.858,26	4.443.340	4.969.743,29
<b>Campos N. Paulista</b>	2.277.855,48	2.595.439,42	1.937.902,57	2.278.349,59	2.407.056	2.594.522,58
<b>Cananéia</b>	2.419.453,38	2.770.448,57	2.053.017,48	2.410.815,84	2.584.524	2.760.401,82
<b>Caraguatatuba</b>	6.428.486,43	7.809.832,77	5.390.457,91	6.210.045,47	7.063.115	10.340.049,31
<b>Cunha</b>	2.330.506,33	2.684.098,52	1.983.614,98	2.330.491,03	2.470.194	2.641.710,02
<b>Eldorado</b>	2.298.175,88	2.602.457,92	1.934.920,33	2.283.924,91	2.421.801	2.609.721,07
<b>Embu das artes</b>	5.110.736,78	5.721.140,12	4.163.179,95	4.874.581,46	5.522.257	5.606.985,86
<b>Guaratinguetá</b>	*	4.607.155,97	3.301.439,33	4.095.261,26	4.355.870	4.435.006,30
<b>Guarujá</b>	23.477.597,13	27.220.546,02	18.981.955,46	21.356.402,48	22.363.717	22.772.578,32
<b>Holambra</b>	2.512.700,53	2.887.837,87	2.194.615,97	2.614.639,84	2.799.688	3.030.513,45
<b>Ibirá</b>	2.372.796,58	2.692.103,77	2.016.442,58	2.372.246,10	2.508.799	2.712.119,67
<b>Ibitinga</b>	2.655.137,93	3.002.040,77	2.296.557,67	2.660.618,16	2.822.332	3.051.870,25
<b>Ibiuna</b>	2.824.752,93	3.655.703,27	2.717.066,65	3.494.436,35	3.937.350	4.075.405,80
<b>Igarapu do Tietê</b>	2.394.809,68	2.716.402,87	2.022.500,88	2.377.592,74	2.520.198	2.714.653,11
<b>Iguape</b>	2.503.122,53	2.823.406,47	2.087.266,09	2.444.986,95	2.596.969	2.762.551,15
<b>Ilha comprida</b>	3.078.533,98	3.489.926,22	2649610,09	3.058.410,31	3.316.767	3.452.194,17
<b>Ilha solteira</b>	2.489.683,33	2.801.938,87	2.086.562,07	2.520.066,24	2.604.731	2.751.578,36
<b>Ilhabela</b>	3.648.603,63	3.753.242,52	3028217,7	3.497.302,58	3.864.314	4.182.145,24
<b>Itanhaém</b>	5.510.063,43	5.931.721,52	5.843.111,67	5.046.971,59	5.482.738	6.223.700,15
<b>Itú</b>	8.052.025,68	9.327.966,52	6.837.000,00	7.937.661,90	8.018.274	8.296.793,14
<b>Joanópolis</b>	2.325.541,63	2.655.764,52	1.999.189,46	2.340.562,12	2.494.423	2.674.727,08
<b>Lindóia</b>	2.376.393,93	2.682.743,57	2.007.935,86	2.348.825,92	2.496.983	2.703.930,68
<b>Mongaguá</b>	4.339.094,08	4.767.185,42	3.553.811,86	4.021.637,24	4.416.594	4.893.144,64
<b>Monte Alegre do Sul</b>	2.345.073,68	2.688.996,67	1.999.053,12	2.339.126,97	2.498.837	2.687.609,85
<b>Morungaba</b>	2.357.230,48	2.690.414,92	2.020.354,81	2.331.441,47	2.484.821	2.678.240,65
<b>Nuporanga</b>	2.296.488,88	2.609.716,77	1.942.605,07	2.309.971,10	2.453.490	2.639.237,53
<b>Ólimpia</b>	*	3.413.798,92	2.733.752,98	3.490.819,35	3.890.234	4.177.964,07
<b>Paraguaçu Paulista</b>	2.658.455,78	3.102.946,37	2.293.049,67	2.659.963,15	2.805.305	3.095.123,10
<b>Paranapanema</b>	2.532.695,48	2.828.306,72	2.116.100,28	2.509.737,27	2.738.332	2.971.282,51
<b>Pereira Barreto</b>	2.427.161,78	2.785.339,42	2.038.512,22	2.452.368,72	2.575.227	2.760.675,33
<b>Peruíbe</b>	4.400.999,68	4.832.680,92	3.670.116,45	4.299.952,02	4.565.051	4.833.441,51
<b>Pirajú</b>	2.617.761,03	3.007.042,72	2.229.022,59	2.566.815,67	2.787.840	3.010.237,12
<b>Poá</b>	8.576.891,53	9.202.428,47	8.240.382,22	10.340.024,89	10.307.554	10.154.564,74

<b>Praia Grande</b>	14.120.856,88	21.267.219,32	14.066.620,44	16.738.017,68	18.311.988	20.121.443,42
<b>Presidente Epitácio</b>	2.508.110,88	2.859.808,12	2.234.332,69	2.534.869,55	2.667.823	2.856.478,77
<b>Ribeirão pires</b>	4.625.509,13	5.107.417,67	3.805.774,06	4.233.390,68	4.628.974	4.830.648,92
<b>Salesópolis</b>	2.287.186,23	2.601.422,82	1.947.686,81	2.291.471,05	2.441.570	2.642.944,09
<b>Salto</b>	4.442.134,98	4.946.783,72	3.843.031,03	4.637.287,17	5.102.709	5.408.663,16
<b>Santa fé do sul</b>	2.763.841,88	3.101.729,07	2.345.696,42	2.777.595,86	2.960.670	3.237.493,41
<b>Santa R.do P. Quatro</b>	2.738.878,53	3.082.544,62	2.283.777,58	2.696.171,94	2.819.990	3.051.474,04
<b>Santo Ant. do Pinhal</b>	2.342.029,83	2.645.374,12	1.980.249,22	2.324.470,09	2.481.733	2.656.216,28
<b>Santos</b>	36.216.463,78	41.798.557,22	30.582.977,36	37.463.392,42	36.548.426	39.006.941,87
<b>São L. do Paraitinga</b>	2.341.582,68	2.682.803,57	1.974.462,45	2.321.687,48	2.469.082	2.668.877,25
<b>São B.do Sapucaí</b>	2.261.325,78	2.586.134,72	1.929.078,61	2.280.860,91	2.431.401	2.584.184,60
<b>São Jose do Barreiro</b>	2.401.786,93	2.719.806,62	2.010.942,08	2.343.790,44	2.488.895	2.672.651,97
<b>São Pedro</b>	2.854.478,08	3.182.221,97	2.427.557,58	2.877.269,25	3.043.170	3.331.803,89
<b>São Roque</b>	3.901.760,93	4.302.707,67	3.211.718,99	4.008.144,76	4.058.990	4.345.313,76
<b>São Sebastião</b>	8.089.438,88	8.982.954,42	6.145.045,23	8.180.244,87	10.150.853	10.761.941,19
<b>São Vicente</b>	9.548.943,03	10.390.666,67	8.109.334,52	9.211.807,59	10.450.859	11.406.811,18
<b>Serra negra</b>	3.078.295,98	3.662.238,77	2.708.526,22	3.017.781,42	3.238.173	3.609.276,25
<b>Socorro</b>	2.822.255,33	3.205.304,57	2.405.400,37	2.812.989,20	3.021.468	3.296.016,22
<b>Tremembé</b>	3.006.051,13	3.390.140,17	2.532.003,66	2.905.225,64	3.075.181	3.352.270,35
<b>Tupã</b>	3.261.198,18	3.729.375,87	2.772.510,87	3.210.779,14	3.481.011	3.742.360,40
<b>Ubatuba</b>	5.426.661,58	5.674.204,92	4.197.926,85	5.184.937,99	5.872.128	6.215.417,38
<b>T O T A L</b>	<b>300.054.814,26</b>	<b>356.162.977,80</b>	<b>265.423.340,12</b>	<b>312.484.934,50</b>	<b>333.077.697</b>	<b>358.559.905,98</b>

\*O município não era considerado estância.

Tabela 1 – Recursos disponibilizados às estâncias turísticas no ano de 2014 a 2019

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados publicados no D.O. do estado de São Paulo.

Considera-se que, apesar da titulação das estâncias do estado de São Paulo ser considerada inovadora e a principal política pública de turismo realizada no Estado, com a intenção de elencar o turismo para o interior com o auxílio dos recursos financeiros designados a obras de infraestrutura turística, melhoria e preservação ambiental, muitos municípios que recebem esses incentivos financeiros ainda não conseguiram de fato se titularem como um pólo de desenvolvimento turístico, executando pleitos sem finalidades turísticas vistos em longo prazo, justificando a importância de pesquisas sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos aos municípios estâncias.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de turismo são os caminhos de melhor direcionamento para o bem coletivo, fomentando o desenvolvimento e o crescimento do turismo e, o estado de São Paulo inova com o modelo de liberação de recursos financeiros para o fomento do setor, por meio de regulamentações que desencadeiam em cidade consideradas estâncias turísticas, com a benéfica de receber valores econômicos de grande valia para o desenvolvimento da atividade no Estado.

Nesse prisma, a legislação do Estado em beneficiar municípios considerados e decretados estâncias turísticas, por meio de recursos financeiros através do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos tem o propósito de auxiliar as cidades com potencialidades a se desenvolverem e conseguirem se firmar no turismo.

Apesar de a pesquisa demonstrar que os valores alocados às estâncias turísticas são bastante significativos, considera-se que, muitas estâncias ainda não conseguiram se propagar no fomento e desenvolvimento do turismo com obras de infraestrutura relevantes para o crescimento da atividade. Apesar de a pesquisa levantar essa proposição, o estudo não tem como objetivo verificar este fato, podendo ser compreendido apenas como um pensamento crítico do pesquisador.

É importante a reflexão desse contexto para que gestores das políticas públicas de turismo possam refletir sobre os valores que já foram cedidos a esses municípios considerados estâncias e, o contraponto do que já foi realizado por esses municípios, no intuito de conseguir compreender e analisar os resultados dessa política de turismo.

Retomando do ponto de partida deste trabalho, de compreender o percurso das legislações de incentivos financeiros para o desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo, a questão não se encerra, apenas alimenta o assunto para que novas pesquisas possam surgir no âmbito do estudo das gestões das políticas públicas de turismo.

## REFERÊNCIAS

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**: conceituação e organização. Bauru: EDUSC, 2002.

AULICINO, M. P. **Turismo e Estâncias**: impactos e benefícios para os municípios. São Paulo: Futura, 2001.

BENI, M. C. **Planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012.

BOULLON, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

CRUZ, R. de C. Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. In: AZEVEDO, Marta de. et al. (Orgs). **Turismo, natureza e cultura**: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

DIAS, R. & MATOS, F. **Políticas Públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DWYER, L. & KIM, C. **Destination competitiveness: determinants and indicators. Current Issues in Tourism**. Reino Unido, v. 6(5), p 369-414, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500308667962>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FERNANDES, I. P. **Planejamento e Organização do Turismo**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

FINO, P., & QUEIROZ, O. Políticas públicas de turismo no estado de São Paulo: evolução da legislação no caso das estâncias. Anais do 5º **Congresso Latino americano de Investigação Turística**, São Paulo, EACH/USP, p. 1-15, 2012.

GASTAL, S., & MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de, & SILVA, A. B. (org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOWLETT, M.; PERL, A., & RAMESH, M. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora. Tradução técnica: Francisco Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAY, Peter. J. & JOCHIM, Ashley. E. (2013). **Policy Regime Perspectives**: Policies, Politics, and Governing. The Policy Studies Journal. EUA, v. 41, n. 3, p. 426-452, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/psj.12024>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PANOSSO NETO, A., & TRIGO, L. G. G. **Cenários do Turismo Brasileiro**. São Paulo: Aleph, 2009.

RASCASSI, M. Superintendente da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS). **Entrevista concedida** pessoalmente a autora com autorização. São Paulo, 19 set, 2018.

RIGOLDI, A. G. M; SPERS, V. R. E., & VIERIA, M. T. **Políticas públicas de turismo em Brasil**: un análisis de la producción científica en el período de 2006-2016. Estudios y Perspectivas en Turismo. v. 27, p .699 – 715, 2018.

SAMPIERIERI, H. R.; et al. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª. ed, McGraw Hill, 2013.

SÃO PAULO. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. **Manual de Convênio DADETUR**. São Paulo: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2018.

SÃO PAULO. **Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos**, 2019. Disponível em: [http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=111](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=111). Acesso em 10 mar. 2019.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2004.

SUBIRATS, J. **Nuevos tempos? Nuevas políticas públicas?** Explorando caminhos de respostas. Revista Del CLAD Reforma y Democracia. Caracas. Venezuela, n. 54, 2012.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 8, 3, 12, 20, 29, 127, 131, 195, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 284, 285

Aracaju Walking Tour 123, 124, 131, 132

### B

Base de dados 78, 190, 205, 206

Big Data 8, 190, 191, 192, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 210

### C

Cartografia 7, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 187, 188

Cibermusealização 6, 73, 76, 77, 82

Corumbau 8, 121, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 327

### D

Desenvolvimento Socioeconômico 38, 39, 42, 52

### E

Embratur 7, 24, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 193

Epistemologia 108, 109, 110, 262, 277, 305, 317

Espacialização 178, 181, 189, 324

Estâncias Turísticas 23, 24, 28, 31, 32, 34, 35

Estruturação dos destinos 38, 39, 51

Ética 9, 21, 49, 120, 121, 135, 137, 140, 141, 142, 263, 276

### F

Foz do Iguaçu 8, 190, 191, 192, 193, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Free Walking Tour 123, 124, 129, 130, 131, 133

### G

Gestão 3, 23, 25, 27, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 82, 111, 115, 119, 130, 150, 153, 154, 174, 175, 178, 179, 180, 183, 184, 185, 187, 190, 192, 195, 196, 197, 199, 201, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 231, 232, 236, 239, 240, 241, 244, 245, 246, 266, 267, 270, 281, 286, 287, 288, 311, 315, 316, 319, 320

## H

Hospitalidade 7, 67, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 154, 175, 247, 248, 264, 271, 277, 296, 319, 320, 326

## I

Imaginário 3, 4, 21, 61, 95, 96, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 114, 116, 118, 119, 298, 301, 314, 319, 324, 326, 332, 340

Internet 78

## L

Legislação 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 35, 36, 38, 40, 41, 44, 47, 48, 51, 72, 140, 207, 211, 283, 321

Lei Geral do Turismo 6, 38, 39, 40, 41, 45, 47, 50, 54, 178

## M

Marketing turístico 7, 95, 96

Mulata Exportação 95, 103, 106

Mulher Brasileira 7, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 108

Musealização 78

Museologia 78

Museu da Pessoa 73, 77, 78, 79, 80, 83

Museu das Coisas Banais 73, 79, 80

Museu Virtual 73, 76, 77, 78, 79, 80, 82

## O

Objeto museológico 6, 73, 74, 77, 78

## P

Patrimônio 78

Patrimônio Histórico 8, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 222, 226, 227, 228, 310

Pessoa com deficiência 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226

Planejamento Turístico 53, 54, 126, 129, 188, 278

Política Nacional de Turismo 6, 38, 40, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 53, 96, 97, 128, 193

Políticas públicas de turismo 23, 24, 25, 26, 30, 32, 35, 36, 44, 49, 51, 52, 108, 134, 202

Programa de Regionalização do Turismo 38, 39, 41, 49, 52, 128, 134

Progresso 8, 124, 133, 217, 247, 248, 249, 251, 258, 259, 261, 276



## R

Receita média 7, 152, 155, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 171

Recursos Financeiros Turísticos 23

Resorts 7, 24, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Roteirização Turística 123, 126, 128, 134

## S

Sociologia 14, 70, 109, 110, 111, 112, 113, 121, 122, 319, 320, 326, 328, 329, 331, 337, 338, 339, 341, 342

Sustentabilidade 8, 38, 49, 52, 59, 118, 121, 126, 195, 232, 241, 246, 247, 249, 258, 261, 263, 265, 268, 269, 270, 271, 272, 280, 281, 286, 327

## T

Taxa de ocupação 7, 152, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 171

Teatro Amazonas 8, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 229

Tecnologia 6, 7, 83, 129, 146, 187, 190, 195, 196, 199, 207, 213, 288, 317, 325

Terrorismo 12, 136, 137, 145, 146, 147, 148, 150

Tolerância 130, 135, 136, 140, 141, 142, 144, 149, 150, 151

Trevpar 7, 152, 155, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Turismo 2, 5, 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 6, 9, 11, 12, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 153, 157, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 220, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 344

Turismo Comunitário 234, 236, 244, 245, 266, 267, 276

Turismo de Base Comunitária 8, 230, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 243, 244, 245, 263, 265, 266, 267, 268, 272, 276

Turismo de interesses especiais 6, 55, 56, 57, 59, 60, 68, 69

Turismo em áreas naturais 278

Turismo Rural 55, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 72, 241, 245, 246, 268, 273, 278, 284, 285, 286, 287, 290

Turismo Sustentável 8, 175, 195, 232, 249, 278, 279, 280, 282, 285, 286

Turismo Virtual 1, 2

Turista Híbrido 7, 109, 319

# Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Turismo, Cidades, Colecionismo e Museus

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021